

O PROCESSO MIGRATÓRIO: JAPONESES NO BRASIL E NO JAPÃO

Alice Yatiyo Asari*

A comunicação a seguir faz parte da tese de doutoramento, denominada “...E eu só queria voltar ao Japão. Colonos japoneses em Assai”, apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, no ano de 1992, sob a orientação da prof^a Liliana Laganà. A pesquisa teve como objetivo analisar a dinâmica migratória, os processos que a envolvem, assim como as condicionantes relativas ao momento histórico vivenciado.

Observe-se que a questão migratória envolve o estudo de inúmeros fatos que se materializam em melhoria do nível de bem-estar, crescimento econômico, influência nos costumes, nos hábitos alimentares. A estes benefícios temos outros fatos, não tão gratificantes, que decorrem dos deslocamentos de grupos populacionais: ocorre desagregação familiar, há problemas de adaptação ao novo país ou região, jovens em seu auge físico e intelectual são deslocados para locais distantes e em atividades diferentes de sua formação profissional.

No estudo das migrações tomamos como estudo de caso um grupo étnico: os imigrantes japoneses moradores em Assai, município localizado no Norte do Paraná-Brasil. Por que estudar esta pequena comunidade?

Em primeiro lugar por tratar-se de um município que tem sua origem no projeto emigrantista japonês, em que a antiga Fazenda (Colônia) Três Barras foi parcelada e vendida a famílias de origem japonesa, predominantemente, por uma companhia colonizadora BRATAC-Sociedade Colonizadora do Brasil, de capital japonês, na década de 1930.

Em segundo lugar, a comunidade assaiense ainda preserva muitas características do grupo étnico formador do município, tendo-se então condições de aprofundar as nossas análises a respeito do processo migratório.

A pesquisa mais abrangente foi desenvolvida em 1988-1989, ocasião em que aplicamos questionários e realizamos entrevistas com os imigrantes japoneses, seus filhos e netos. À época, os dados levantados nos mostravam que os imigrantes japoneses estavam usufruindo hoje, os frutos de uma vida dedicada ao trabalho árduo, estafante, com uma posição econômico-social consolidada.

Considerávamos que havia ocorrido a assimilação, a adaptação e a integração ao país receptor (a primeira leva de imigrantes chegou ao Brasil em 1908) e assim estava concluído o circuito migratório.

Vejamos o caso de Assai: a sua ocupação se insere na ação das companhias particulares, que adquiriram grandes glebas e as lotearam, promovendo a colonização e a ocupação através dos sistemas de pequenas propriedades, numa área total de dezoito mil alqueires.

* Professora do Departamento de Geociências. Universidade Estadual de Londrina
Londrina - Paraná - Brasil

É mister observar que no Norte do Paraná, outros empreendimentos de iniciativa particular foram implementados, a exemplo de Londrina (Companhia de Terras Norte do Paraná), de Uraí (Companhia América do Sul), além dos decorrentes da ação governamental: Paranavaí, Içara, Jaguapitã, Centenário do Sul, Interventor, Pagu. Portanto, Assaí se insere na ação de companhias particulares, promovendo a colonização e a ocupação através da venda de propriedades de 5 a 10 alqueires, com uma entrada de 10% e pagamentos parcelados em até cinco anos.

A Companhia Colonizadora dotou a Colônia Três Barras (Assaí) de uma infra-estrutura capaz de fazer com que esta se auto-sustentasse, abrindo estradas, construindo escolas, dando condições de atendimento médico, além de executar o saneamento de áreas insalubres, face a presença de malária e leishmaniose. A cultura do algodão foi a motivação para que o processo de ocupação tomasse impulso, face as informações sobre a alta produtividade alcançada.

Para dar suporte aos “colonos” foram criados outros empreendimentos extra-agrícolas, no comércio, exportação e indústria (Casa Bancária, Algodoeira, Empresa Construtora), evidenciando-se que havia objetivos mais amplos do que um simples empreendimento imobiliário. Note-se que este tipo de postura não era singular, mas sim que todas as empresas particulares de colonização tinham esta meta final, que são pertinentes ao modo capitalista de gerir seus recursos.

A Empresa Colonizadora passou pelos percalços criados pelo Decreto nº 4166 de março de 1942, que congelava os bens dos súditos do Eixo. Assim, as empresas pertencentes aos originários daqueles países foram colocadas sob administração do governo federal ou compelidas à liquidação forçada. A dissolução ocorre em 1959, quando a Sociedade Colonizadora do Brasil possuía ainda cinco fazendas.

Quanto a organização da Colônia, esta foi dividida em seções, que receberam o nome de árvores (por exemplo: Amoreira, Bálsamo, Cedro, Coqueiro, Figueira, Paineira, Palmital, Peroba); cada seção tinha área entre 1.200 e 1.400 alqueires. Os lotes eram escolhidos pelas famílias compradoras, conforme a sua disponibilidade financeira, qualidade das condições gerais do terreno, tamanho dos lotes. Cada Seção tinha o seu líder, que participava de reuniões de interesse para toda a comunidade, discutindo questões econômicas, sociais e políticas.

E hoje, como se encontra Assaí? No decorrer de mais de meio século, esta vivenciou várias modificações de cunho político-administrativo-econômico. A área da antiga Colônia Três Barras é ocupada por cinco municípios (São Sebastião da Amoreira, Santa Cecília do Pavão, Jataizinho, Nova América da Colina e Assaí). Assaí, nosso local de pesquisa, contava em 1980 com 22 mil habitantes, sendo 25% de origem japonesa.

No entanto, os imigrantes japoneses e seus descendentes possuem uma posição econômico-social bastante privilegiada, como evidenciam os dados a seguir:

- * 42% dos proprietários dos 1300 estabelecimentos rurais são de origem japonesa;

- * dos estudantes que viajam diariamente para Londrina (a 40 km de distância), mais de 60% são constituídos de descendentes de japoneses;

- * a comunidade nipo-brasileira apresenta escolaridade de bom nível: 15% possuem o curso superior, 23% o 2º grau, 50% o 1º grau e apenas 1% são analfabetos.

- * 86% residem em casa própria; 82% possuem veículo.

Os dados apresentados mostram que após 60 anos, os resultados apresentam-se altamente favoráveis ao grupo étnico estudado, com uma posição sócio-econômica

consolidada e pressupondo-se que estivessem usufruindo os frutos de uma vida dedicada ao trabalho árduo, estafante. Considerávamos que havia ocorrido a assimilação, a adaptação e a integração ao país receptor e assim estava concluído o circuito migratório.

No entanto, ainda na fase de finalização do trabalho, tínhamos notícias (em jornais, revistas, televisão, rádio, de moradores de Assaí, de Londrina e região), sobre um movimento inverso de população: a de trabalhadores brasileiros de origem japonesa, que se dirigiam, temporariamente, para o Japão, para compor a força-de-trabalho nas indústrias japonesas, os “de kasseguis”. Este fato teve como consequência o retorno ao trabalho de campo, entrevistando famílias que tivessem casos de “dekasseguis”, que já se tornara fato comum também em Assaí. A indagação que fazíamos era: por que havia esse fluxo de trabalhadores se o levantamento realizado sinalizava para condições de vida superiores aos dos “brasileiros” ? Qual a motivação deste deslocamento, mesmo conhecedores da situação em que viverão no Japão? Serão trabalhadores não especializados, que ocuparão funções não aceitas pelos naturais do país (porque são empregos pesados, perigosos, desgastantes), viverão à margem da sociedade, e serão estrangeiros no país de seus pais, de seus avós.

À época, estimava-se que seriam 1200 a 2000 pessoas saídas de Assaí, 25 mil do Paraná e 150 mil do Brasil. Essa “onda” migratória teve um movimento ascendente bastante rápido, principalmente com a ação das empresas intermediadoras e das modificações ocorridas na legislação japonesa para o ingresso de descendentes de japoneses no Japão, na qualidade de trabalhadores temporários.

Há que se registrar que o período pesquisado (1989-91) mostrou-se como aquele em que tivemos um aumento expressivo de saídas para o Japão, assim como o Brasil passava por crises sucessivas que levavam ao desencanto e a busca de outras formas de sobrevivência, mesmo que fosse no exterior. Somente para exemplificar, dados do PNAD-IBGE, de 1989, mostram que 80% da população ativa detinha menos de 10% da renda nacional, sendo que 10% ganha até um terço do salário mínimo, 80% tem rendimentos até 3,9 s.m. e apenas 1% chega a 65 salários mínimos. Complementarmente, a desigualdade pode ser melhor visualizada ao verificarmos que, em fevereiro de 1991, segundo o jornal “Folha de São Paulo”, o maior salário representava 120 s.m. e o menor, o de ajudante de cozinha, pouco mais de um salário mínimo. Estas disparidades de renda colocam em evidência as dificuldades porque passa o trabalhador brasileiro, e justifica, em parte, o deslocamento de inúmeros homens e mulheres, das mais variadas faixas etárias e profissões que estão se dirigindo para o Japão, atraídos pelos salários compensadores, quando comparados aos do Brasil, mesmo vivenciando todos os problemas inerentes à adaptação ao país e o fato de ocuparem posições subalternas nos empregos e na própria sociedade japonesa.

Desta forma, os pontos de vista emitidos pelos entrevistados, quando se referiam ao Brasil como um país de grandes potencialidades, onde o trabalho venceria quaisquer obstáculos, passam a ter um outro significado, à medida em que mais e mais pessoas estão se deslocando para o Japão, como “dekassegui”. Esta é uma outra face do processo migratório, evidenciando que os fenômenos se sucedem e se repetem, ao sabor das conveniências das economias dos países e apresentam o migrante como um indivíduo sempre à margem da sociedade, ocupando cargos menos especializados, mais perigosos, muito repetitivos e mais estressantes.

Estes fatos permitem realizar algumas reflexões acerca do fenômeno que tem sido objeto de muitas discussões dentro da comunidade nipo-brasileira. Vejamos então

algumas facetas do fenômeno, como por exemplo: a questão do impacto psicológico enfrentado pelo “dekassegui, tanto na sua vida como trabalhador temporário no Japão quanto na sua vida futura ao retornar ao Brasil; a ajuda financeira que estaria sendo auferida pela família que permaneceu no Brasil, representada no pagamento de dívidas junto ao sistema financeiro (principalmente no caso dos pequenos produtores rurais), à aquisição de bens imóveis e móveis, a concretização de metas que vinham sendo perseguidas há muito tempo; a saída de indivíduos no auge de seu potencial (em termos físicos, intelectuais, profissionais) e as questões ligadas ao denominado “proletariado externo”, isto é, o Brasil seria o local em que uma força-de-trabalho é colocada para atender as necessidades de outros países.

Neste ponto de reflexão, questiona-se o papel das migrações entre países livres, em que a busca de melhores condições de vida faz com que o fluxo e refluxo populacional seja direcionado conforme as determinações do mercado de trabalho, de potencialidades a serem exploradas, enfim, ao sabor dos movimentos comandados pelos que detém as rédeas do poder econômico. No caso dos imigrantes japoneses, verificamos que no início deste século, o Brasil apresentava-se como um país receptor de mão-de-obra em decorrência de uma série de desdobramentos político-econômicos, porque o Japão e vários países europeus vivendo em situação tão crítica, tinham como alternativa apenas a emigração. Passados quase um século, o fluxo muda de direção, e, hoje, são os brasileiros que se dirigem para o exterior, buscando encontrar condições de sobrevivência não encontradas no Brasil. Observe-se ainda que este fluxo e refluxo contínuo de mão-de-obra (migrantes) apresenta-se como uma das condições de sustentação do sistema capitalista.

À guisa de observação, este fluxo de trabalhadores brasileiros para o exterior, abrange, além do Japão, os Estados Unidos, Itália, Portugal, os quais estão entre os mais procurados.

É importante destacar que este movimento migratório privilegia os adultos jovens, com maior capacidade de trabalho, o que se revela extremamente injusto, pois agrava mais as condições do país, se analisarmos a questão a longo prazo. No entanto, estes fatos fazem parte da lógica do capitalismo. Ressaltamos ainda que este “retorno” não é o imaginado, romanticamente, pelos imigrantes idosos. Esta situação se mostra mais perversa ainda do que a da “causação cumulativa” ou do “circuito da pobreza”, pois, para que a situação atual tenha uma melhoria imediata, busca-se um trabalho temporário no exterior, com ganhos bastante elevados. Se o país de origem não tem uma oferta adequada, motivadora para os profissionais saídos de suas escolas, a solução a curto prazo é o deslocamento para outros países, mas o país perde assim uma força-de-trabalho que, potencialmente, estaria apta para auxiliar efetivamente na construção, na melhoria das condições do país. Porém, os entraves político-econômicos, o desencanto, a falta de oportunidades reais leva-os a buscar soluções fora do país. Mostra-se então que o investimento em educação apresentou-se altamente oneroso para uma nação, que além do mais não está em condições de cometer tais “desperdícios”.

Os fatos constatados na pesquisa levou-nos a refletir sobre a questão migratória, sobre temas como “exportação de mão-de-obra”, marginalização dos imigrantes, papel dos países periféricos, internacionalização/globalização da economia e seus reflexos no setor produtivo. Enfim, o migrante é um “homem que está entre dois mundos”: o seu país (ou região) de origem e o país receptor, movendo-se de acordo com as necessidades de população, de mão-de-obra, nos diferentes espaços deste planeta.

Bibliografia

ASARI, A.Y. E eu só queria voltar ao Japão. Colonos Japoneses em Assai. São Paulo. FFLCH-UP. 1992 (Tese de Doutorado)

CAMARA, M.R.G. Migrações internas: evolução teórica e algumas evidências empíricas para o caso brasileiro. Revista Semina, Londrina, 9(2):101-110, 1988

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD. Rio de Janeiro. 1989

FUZII, E.O. Dekassegui, passaporte para uma experiência de vida. Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 1991 (mimeo)

HASHIMOTO, F. Sol nascente no Brasil. Cultura e mentalidade. Assis-UNESP, 1991 (Dissertação de Mestrado)

NINOMIYA, M. (org.) Palestras e exposições do Simpósio sobre o Fenômeno Dekassegui. São Paulo. Estação Liberdade: Sociedade de Cultura Japonesa. 1992

YAMOCHI, Y. Imigração japonesa: ontem e hoje. O exemplo dos japoneses da comunidade nikkei de Urai (PR). São Paulo, FFLCH-USP. 1991 (Dissertação de Mestrado)